



1  
E. Costa  
Vera Rocha

## Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

### Acta nº 8

#### 2ª Sessão Extraordinária de 2018

(PDM)

Aos vinte e sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no edifício da Sociedade Recreativa, Desportiva e Familiar de S. João das Lampas, realizou-se a 2ª Sessão Extraordinária de 2018 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte -

#### Ordem do Dia:

Ponto único: Análise e tomada de posição sobre a Revisão do PDM Sintra-----

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:-----

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. José Fernando Moraes
6. Humberto Manuel Príncipe Duarte
7. José Manuel Patrão dos Santos
8. Luís Fernando Alegre dos Santos
9. Nuno Alfredo da Silva Cardoso
10. Ana Maria Domingos Carioca
11. José António Alves do Paço
12. João Pedro Gaspar Ferreira
13. Diogo Camilo Costa

Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes, o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas e os Vogais José Alberto dos Santos Carvalho e Ana Cláudia Branco Rolo.-----

#### ABERTURA

O Senhor Presidente da Assembleia considerou aberta a reunião, fazendo a seguinte intervenção: -" Boa noite a todos os que aqui se encontram. Vamos

Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem Acta nº 8  
2ª Sessão Extraordinária-2018 (Sociedade R.D.F. S. João das Lampas)  
de 27 de Setembro de 2018

2  
ECCV/B  
Vera Paula

então dar início à 2ª sessão extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, com um ponto único da Ordem de Trabalhos: "Análise e tomada de posição sobre a Revisão do PDM de Sintra". Gostaria, no entanto - e solicito a compreensão da Assembleia - acabou-me de chegar à mão, um pedido do Sr. Presidente da Junta, para a marcação, com carácter de urgência, de uma reunião extraordinária para a próxima Quinta Feira. O motivo da reunião prende-se com a necessidade de apreciar e submeter à aprovação da Assembleia o contrato inter-administrativo de colaboração entre o município de Sintra, Os Serviços Municipalizados de Sintra e a Junta de Freguesia, para limpeza pública e recolha de resíduos, bem como a Revisão orçamental. Era só para vos dar conhecimento. Eu, depois, irei marcar esta reunião. De qualquer forma, não quis deixar de vos dar nota deste pedido do Sr. Presidente da Junta. Muito obrigado.....

A convocação desta assembleia extraordinária decorre do estipulado no artigo 25º do Regimento desta Assembleia, nomeadamente, da alínea c) do ponto nº 1, que diz o seguinte: " A Assembleia de Freguesia reúne em sessão extraordinária por iniciativa da mesa ou após requerimento a) do Presidente da Junta de Freguesia, em cumprimento de deliberação desta, b) de um terço dos seus membros e, no que respeita a esta reunião, c) de um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral da Freguesia equivalente a cinquenta vezes o número de membros que compõem a Assembleia de Freguesia.

Dando cumprimento a este artigo 25º, eu recebi, por parte de alguns munícipes, um conjunto de novecentas e setenta e uma assinaturas que são, obviamente, suficientes para a convocação desta assembleia. Aproveito a oportunidade para fazer aqui duas referências: relativamente à questão das listas que me foram apresentadas, existem algumas inconformidades, presumo que por lapso. De qualquer forma está salvaguardada a convocação da reunião, mas detectei que nalgumas das folhas que me foram apresentadas, nomeadamente, no campo reservado ao número de eleitor ou mesa de voto, não existe menção de uma coisa nem de outra. De qualquer forma serão cerca de vinte ou trinta pessoas e, portanto, as seiscentas e cinquenta mínimas solicitadas para a convocação desta reunião, estão salvaguardadas com as novecentas e setenta e uma assinaturas. A outra questão que queria colocar aos subscritores - e esta tem um fundamento mais legal - prende-se com a declaração da protecção de dados. Como todos nós sabemos, existe a necessidade, quando facultamos os nossos dados pessoais, de obter uma prévia autorização por parte de quem os recebe. Não me foi feita acompanhar essa declaração, pelo que eu tomei a liberdade de redigir esta declaração que terá "o nome de um dos subscritores e número do cartão de cidadão xix, válido até..., eleitor desta freguesia, declara que, em cumprimento do Regulamento Geral de Protecção de Dados que autoriza a mesa da Assembleia da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, na pessoa do seu Presidente da Assembleia, a reter as listas de recolha de assinaturas com os dados dos cidadãos requerentes que justificaram a convocatória da 2ª reunião extraordinária a realizar no dia 27 de Setembro de 2018, pelas 21 horas, na Freguesia." Presumo que nenhum dos membros da Assembleia se opõe a que esta declaração seja assinada por um dos elementos requerentes, a ser entregue no final da reunião.....

*Ecm/B*  
  
*Vera Rocha*

Antes de passar a palavra aos subscritores desta assembleia, eu gostaria de dizer a todos os presentes que, para requerer esta reunião, como disse há pouco, seria necessário um grupo de cidadãos cinquenta vezes superior ao número de elementos que compões esta assembleia que são treze. Significa isto que, também em cumprimento do Regimento, quem tem o uso da palavra neste modelo de reunião, são dois elementos representantes dos eleitores que subscreverem este pedido de reunião. No entanto, após conversar com os elementos desta Assembleia, pareceu-nos interessante que as inscrições para o uso da palavra fossem alargadas a mais algumas pessoas. Solicitámos aos subscritores, nomeadamente, ao Sr. Henrique Martins que nos dissesse, se eventualmente seria interessante esta situação e foi-nos dito que sim. Portanto, foram-nos fornecidos mais dois nomes e eu submetia à apreciação dos membros da Assembleia, no sentido de apurarmos se vêem inconveniente no facto de alargarmos o uso da palavra a quatro representantes. Não havendo objecções vamos considerar as quatro intervenções que nos foram indicadas, que serão dos senhores Henrique Martins, Hugo Barbosa, Pedro Alexandre e Pompeu Clemente.

Antes de conceder a palavra, gostaria só de fazer uma ou duas referências relativamente à questão do PDM. E para vos dizer também o seguinte:- afigurava-se-nos interessante que, para além das 4 intervenções, pudessem, os ter nesta assembleia, alguns elementos que tecnicamente nos pudessem ajudar na análise dos requerimentos que chegaram à mesa. Isso não foi possível e assim, vamo-nos manter com a figura inicialmente prevista, que são as 4 intervenções e depois daremos a palavra às diferentes forças políticas aqui presentes para também poderem fazer o uso da palavra nesta matéria. Solicito aos serviços administrativos que nos tirem cópias dos requerimentos que foram entregues pelos subscritores para serem distribuídas pelos membros da Assembleia. Enquanto não chegam as fotocópias, pergunto à Assembleia se não vêem inconveniente em que se comece com as intervenções dos requerentes. Se ninguém se opõe vou dar a palavra ao primeiro dos subscritores, o Sr. Henrique Martins.”.....

**Sr. Henrique Martins** -“ Boa noite. Em primeiro lugar, obrigado pela vossa presença e pela vossa paciência para aquilo que queremos apresentar. Esta sessão extraordinária na União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem para análise e tomada de posição sobre a Revisão do PDM de Sintra que pretende defender os interesses da nossa União de Freguesias. É este o nosso objectivo, debatermos durante uma hora e meia ou duas horas e que as pessoas saiam satisfeitas com aquilo que estamos a fazer. O que fizemos foi requerer esta assembleia extraordinária, como já foi referido pelo Sr. Presidente, foram cerca de mil subscritores (novecentos e vinte, de acordo com a minha validação, mais cinquenta e quatro que não cumpriam os requisitos, por falta do cartão de cidadão) mas muito mais do que os seiscentos e cinquenta necessários. O que quer dizer que muita gente está interessada em que este processo tenha o caminho que tem tido até agora e que não pare por aqui. Nas diferentes localidades poderíamos, eventualmente, procurar mais, mas este número já é bastante representativo daquilo que tínhamos e quando chegámos a determinada altura verificámos que não haveria necessidade de ir a mais localidades. Ninguém ficou desprezado, mas fomos aos mais próximos e muita gente se envolveu nisso.

4  
E. P. P.  
Vera Rocha

Bom, primeiro que tudo, é de salientar que a Câmara Municipal, neste momento, está a ponderar todas as reclamações que foram apresentadas (que foram mais de mil) durante o período de exposição pública, que terminou no dia 20 de Agosto. Na fase seguinte, a Câmara vai divulgar resultados e elaborar a versão final da proposta para aprovação. Não está fechado. Não é verdade que digam que está tudo aprovado e que já está tudo feito. Há-de haver uma proposta seguinte, para ser submetida à Câmara para, depois, o PDM ser apresentado à Assembleia Municipal mediante proposta da Câmara. Este é o processo. Se tudo correr na normalidade haverá o seguinte. Pode haver necessidade de ratificação, por solicitação da Câmara, se houver alguma incompatibilidade com os programas sectoriais, especiais ou regionais. Se não for o caso, então será enviado o PDM para ser publicitado no Diário da República, Boletim Municipal, Página da Internet da autarquia e disponibilizado com carácter de permanência no sítio da Câmara Municipal de Sintra. Provavelmente, em Fevereiro, Março ou Abril, estará concluído. E quando ficar aprovado, pelo menos, dez anos...o que está em vigor foi aprovado em 1999. Em 2009 deveria ter sido revisto. Mas é bom termos a noção de que o processo não está fechado, mas, em 2011, quando a Câmara, na altura, decidiu avançar, seguiram-se 2012, 2013, 2014... até que em 2016, nesta sala, houve uma apresentação pública do PDM da altura. Era uma proposta. Nessa altura eu tive oportunidade de estar aqui presente, como muitos de vós, emiti a minha opinião sobre isso que o Jornal de Sintra fez o favor de publicar em Julho de 2016 e eu, enquanto membro da Assembleia da União de Freguesias, emiti os meus considerandos e salientei que seriam necessárias muitas mais sessões de esclarecimento para chegarmos a esta altura estarmos mais bem esclarecidos. Também alertei o executivo camarário para não se precipitar na aprovação deste importantíssimo instrumento de gestão territorial, pois poderia condicionar o futuro do nosso concelho. Isso foi em 2016. Passando a 2018, também aqui nesta sala, em Junho, também houve uma apresentação pela Câmara. Na altura o técnico responsável pelo gabinete do PDM, que está presente nesta sala, hoje, fizemos o pedido ao Sr. Presidente, ontem e hoje, foi autorizada a presença do técnico responsável pelo PDM para estar aqui a acompanhar os nossos trabalhos e, na ponderação das reclamações, reflectir e tirar ilações daquilo que será apresentado. Portanto, este é um dado muito positivo daquilo que a Câmara pretende para aquilo que nós andamos a fazer. Mas, na altura, também em Julho deste ano, eu também fiz o meu estudo, peguei nos dados e apresentei a minha preocupação, que foi publicitada. E fomos nós, muitos de nós, que tentámos ir ao encontro das pessoas todas. Reclamem e, até 20 de Agosto, apresentem reclamações que, ao serem mais de mil que se registaram, demonstram que o nosso trabalho foi ao encontro das pessoas. O Jornal de Sintra, na capa da sua edição de 27 de Julho, também destaca o assunto e apelou a que as pessoas reclamassem. O estudo que elaborei mostra-nos que muitas das nossas aldeias iam "levar forte e feio" em termos de perímetro urbano. Por exemplo, Santa Susana, Póbral, Seixal e Peroleite, de 98 hectares passariam para 65 e, algumas das aldeias, aparentemente, estariam em equilíbrio, mas esse equilíbrio resulta do facto de muitas das áreas de génese ilegal terem sido incluídas - e bem - mas ilude-nos. Também a área de Alcolombal, que inclui uma parte empresarial significativa passou de 4 hectares para 95. Se tirarmos esta parte, são muito mais de 100 hectares na totalidade



Vera Rocha

das nossas aldeias. Isto, da parte urbana, pois neste estudo não está a parte rústica, aquela que muitos de nós tínhamos a ilusão de, uma vez que temos um terreno com cinco ou seis mil metros quadrados, conforme estava previsto no PDM anterior ou no plano do Parque Natural Sintra-Cascais, de nos seria permitido construir. Esse estudo não foi feito. E é bom que a gente reflecta sobre isso. Mais tarde, enquanto indivíduo, fui eu fazendo as minhas reclamações. Não reclamei de nenhum terreno meu, que não tenho, mas fiz algumas reclamações. Esta primeira participação foi uma reclamação. E essa reclamação incidiu num terreno que tenho ao lado de um lote que foi dado à Câmara, para equipamento e está classificado como habitação, o que não pode ser porque ninguém pode construir ali. A Câmara é que tem de o equipar. Apresentei esta reclamação que era tanto do meu interesse como da comunidade. Também apresentei uma sugestão, que é aquilo que estamos a fazer hoje, com propostas, com sugestões, para que o documento final seja muito mais produtivo. Tem uma série de coisas, que irão ser apresentadas daqui a pouco. São aquelas que podem melhorar significativamente a versão final do PDM. Também outras pessoas que se envolveram nisto, reunimos cerca de cem pessoas, em que fomos conversando e reflectindo e entendemos que seria importante apresentar à Câmara um documento que mostrasse as nossas preocupações. Esse documento foi elaborado pelo Hugo e pelo Pompeu, com as opiniões de várias pessoas, e pediu-se assinaturas, com um prazo muito curto, porque tinha de ser mandado até ao dia 20 de Agosto, para entrar como reclamação, para que a equipa analise e depois dê resposta. Portanto, cerca de mil cidadãos assinaram esta reclamação conjunta - e estamos a falar em Agosto, onde muita gente mostrou preocupação. Tentámos ajudar muita gente a fazer as reclamações defendendo os seus interesses particulares e comuns. Fizemos o documento, mandámos para a Câmara e, no dia 28 de Agosto, eu e o Pompeu fizemos uma intervenção em reunião pública de Câmara, onde falámos das nossas preocupações. O Senhor Presidente, que já estava alertado, fez uma primeira intervenção no período de antes da ordem de trabalhos, em que fiquei satisfeito com o que ouvi. Depois das nossas apresentações já não fiquei tanto, mas ele assumiu compromissos segundo os quais, as reclamações que deram entrada, que sejam justas e que não ponham em causa o interesse colectivo serão atendidas. Isso, se for para metade das reclamações, já será para muita gente. Vamos ver o que dá, mas não deixa de ser um dado positivo pois o Senhor Presidente está alertado e preocupado, tem a sua equipa envolvida e nomeou um grupo de trabalho para, também, fazer a ponte entre os técnicos e os políticos. Tem uma vereadora envolvida, tem o chefe do departamento, tem o assessor, para se analisar ao assunto com a devida atenção. Acho que o Senhor Presidente está do nosso lado, por isso o Senhor Arquitecto Tiago Trigueiros está cá hoje para nos acompanhar e, se for necessário, num destes dias, estaremos disponíveis para dar o nosso contributo para que o produto final seja o melhor para todos. Isto na Câmara. E a Assembleia Municipal? A Assembleia Municipal é o último a pronunciar-se e é bom que também os seus membros estejam cientes (e temos aqui alguns deputados municipais, que irão votar o projecto final). Por isso, fomos também à Assembleia Municipal, em que o Pedro Alexandre também fez uma intervenção e obteve resposta do Sr. Presidente, e levantou ali aquela questão dos artigos rústicos. Ou seja, de cada vez que a gente intervém, dá para reflectir no que há a fazer para

6  
Eccy  
A  
Vera Rocha

melhoraremos o PDM. Posto isto, o nosso requerimento. Para fazer uma assembleia, se as pessoas tiverem interesse nós vamos requerer, mas com que fundamento? Primeiro, porque de acordo com a Lei 75/2013, as freguesias dispõem de atribuições em diversos domínios, nomeadamente, no desenvolvimento, ordenamento urbano, ordenamento rural. Então, se tem atribuições nós entendemos que a Assembleia deve pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições da Freguesia. Isto é o que está nesta Lei e é por isso que aqui estamos. E ainda bem que todos os membros da Assembleia que nestas três semanas foram requisitados para participar, deixando um bocadinho do tempo das suas famílias, sabemos que não é fácil e por isso agradeço a vossa vontade de estarem aqui presentes. Sabemos que não estamos muito confortáveis, pois estamos perante um documento que pouca gente domina. Apesar disto tudo, do processo de revisão do PDM se ter iniciado em 2011/2012, só recentemente as propostas do regulamento e da planta passaram a estar disponíveis ao público. No dia 11 de Junho, foi feita aqui a apresentação e, passados três ou quatro dias é que ficaram disponíveis. E foi nessa altura que nós nos mexemos um pouco mais. Isto não facilitou a sua consulta. São estes os principais documentos que vão gerir o futuro do nosso território. É o que está lá. As propostas do PDM e da planta, de acordo com a análise que fiz, tem lacunas. E se há um documento que tem lacunas, é obrigação de quem o fez, de as corrigir, porque ninguém quer aprovar um documento que tenha falhas. Já vamos demonstrar que lacunas são essas. Também o requerimento que nós apresentámos tem a ver com o facto de terem alterações significativas para o nosso território. Já falámos nos perímetros urbanos, mas também, as características deste território são saloias, rurais e não são só urbanas. Portanto, entendemos que essa proposta pode condicionar o desenvolvimento esperado e desejado para o nosso território. A Câmara também escreve umas coisas sobre isto e reconhece que o processo de participação pública não finaliza com o fim dos prazos legalmente impostos e a prova disso é o que estamos a fazer. Mas o Senhor Presidente, quando fez a apresentação do modelo do desenvolvimento territorial, assumiu que o processo da revisão do PDM é um processo de negociação, de debate, transparência e participação, que permita a todos, sejam os agentes económicos, sociais e culturais, contribuir para a visão de desenvolvimento que queremos para as próximas décadas. Portanto, se o disse está escrito, então vamos concretizar. E é aquilo que estamos aqui a fazer. O gabinete do PDM de Sintra pretende o envolvimento continuado dos municípios em todas as fases do processo, considerando para o efeito, todas as sugestões que surgirem durante a revisão do PDM. Estas sugestões que nós vamos apresentar hoje, esperamos nós que vão ser consideradas. A participação pública diz respeito a um processo de ordenamento de território, à informação, ao envolvimento, à consulta do público nas actividades de planeamento para que se possam distinguir comportamentos positivos e responsáveis face ao ordenamento do território. Aquilo que temos feito demonstra isto. As nossas participações na reunião de Câmara, na Assembleia foi com pensamento positivo e responsável. A Câmara Municipal de Sintra também assume que o envolvimento dos cidadãos estabelece um contributo relevante para o ordenamento do território, no sentido de tomadas de decisão mais consensuais e sólidas, nas quais grande parte dos actores se possa identificar. Por isso, os eleitores que o

7  
EunB  
Vera Raba

subscreveram fizeram este requerimento para que a Assembleia reúna e possa tomar uma decisão. Só queria salientar que, quando conversámos com o Sr. Presidente, atempadamente, fizemos o pedido por escrito, entregámos na Junta, mas também mandámos por *mail*, o requerimento com os considerandos que apresentámos e também as propostas que temos para analisar e tomar uma posição. Sendo assim, o que vamos pedir é alguma paciência e tentar explicar o melhor possível para que fiquem bem esclarecidos e, quando tomarem uma decisão, seja uma decisão consciente e informada. Mas antes disto, Sr. Presidente, se dá licença, pediria ao Arquitecto Hugo Barbosa para também dar o seu contributo.”-----

**Arq. Hugo Barbosa** - “Muito boa noite a todos. Obrigado por terem vindo e obrigado por nos aceitarem aqui nesta casa. A minha participação aqui, vem no seguimento de umas conversas de amigos, que tivemos no MTBA e em que alertámos algumas pessoas que não tinham a noção que o PDM estava a ser revisto e que estava numa fase tão avançada. Apesar das inúmeras reuniões que foram feitas nas Juntas de Freguesia, apresentações, publicações no *site* da Câmara, publicações nas Juntas de Freguesia, isto passou ao lado de muita gente, infelizmente. E nós apercebemo-nos disto no início do mês de Agosto, numa conversa, e decidimos alertar as pessoas o mais depressa possível para o que se estava a passar. Foi nesse momento, que as pessoas abriram os olhos para a realidade e se aperceberam o que ia acontecer e o que é que era um PDM, que ninguém sabia o que era e as consequências que isso tinha na vida delas. Alertámos para o facto de os terrenos fora da área urbana não poderem ter mais aptidão construtiva, de acordo com o novo regulamento, os perímetros urbanos terem sido muito encolhidos, não os 5% que têm sido transmitidos, porque isso é o resultado final, mas é um aumento muito superior a isso, pois temos as áreas fora do urbano em que não se pode construir, mas dentro dos perímetros urbanos reduziu-se muito a área de construção e adicionou-se algumas áreas de génese ilegal, algumas outras construções clandestinas, legalizações de indústrias, de acordo com o decreto-lei que permite a legalização de indústrias que estavam ilegais e não podiam ser licenciadas... Esse aumento de área integrada urbana, no novo PDM foi retirada a pessoas que tinham terrenos urbanos para construção e, como não construíram, o novo desenho do PDM, acabou por passar um perímetro urbano fora dos terrenos e essas pessoas que pensavam que podiam construir tiveram uma surpresa desagradável. Nós transmitimos essas questões às pessoas e, obviamente, quem esteve minimamente atento e a tempo, ainda conseguiu fazer algumas reclamações. Esta fase, já é uma fase muito tardia, mas não nos impede de chamar a atenção para alguns factos. Ia agora levantar algumas questões para os senhores poderem ponderar, Este PDM é um documento muito importante para o concelho, não é só para a nossa Freguesia, embora nas nossas duas freguesias levem uma “castanhada” muito grande. Obviamente que há um plano com uma ideia que a Câmara de Sintra tem - e há que dizer que é um trabalho que está muito bem feito. Não poemos só dizer mal. Há coisas que não concordamos, mas há muito trabalho bem feito por pessoas muito habilitadas. Portanto, não é tudo mau. Agora, o que nós queremos é fazer algumas sugestões e chamar a atenção para as consequências nas nossas freguesias. A base de trabalho deste PDM começou em 2011 e estamos em 2018. Foram sete anos de um longo percurso que o Arquitecto Tiago Trigueiros fez e

*E. Silva*  
*Vera Rocha*

muito bem. É um trabalho que não é só dele. Ele é um dos representantes da Câmara, coordenou muitas pessoas e muitas entidades, mas não foi ele que decidiu "é assim e acabou", como algumas pessoas dizem, que o arquitecto é o mau da fita. Não é. Está a coordenar um processo muito difícil e muito complicado e não haverá concordância de toda a gente num documento destes. É impossível. Não há uma solução ideal. Mas o que é facto é que tivemos sete anos para fazer um PDM e a base de trabalho deste PDM começou com os Censos de 2011 e com fotografias aéreas e levantamentos no local. A estratégia foi definida a partir daí, ou seja, estávamos numa altura em que o País estava numa profunda crise económica, a mais profunda dos últimos anos, crise no sector imobiliário, uma taxa de natalidade baixa... o País estava num ponto mesmo muito fragilizado. E traçaram-se objectivos com base nessa situação que se vivia na altura. Agora, o que é facto, é que essa reflexão, neste momento, está completamente fora da nossa realidade. Nós temos um País a crescer muito, temos a taxa de natalidade a crescer (não é muito mas está a crescer), temos muitas pessoas a investir, temos muita gente a querer vir para as nossas freguesias e fazer grandes investimentos e o que vemos neste novo PDM é exactamente o contrário daquilo que o nosso Presidente diz, que é promover o emprego e promover o desenvolvimento e o investimento. Ou seja, o facto de nos reduzirem a área urbana não podemos construir, as áreas industriais foram também muito penalizadas aqui em S. João das Lampas e Terrugem. Nós reduzimos muito a área do perímetro industrial e os grandes investidores ficam com as bases de investimento cortadas. Quem vem de fora e quer investir na nossa zona, depara-se com uma fragilidade muito grande: não tem terrenos industriais suficientes para investir. E nós ganharíamos com isso, pois são postos de trabalho que seriam postos de trabalho criados na nossa zona. Outra questão muito importante que eu vejo também, é o facto de nós não podermos construir - não é só a pessoa que constrói a sua casa - há aqui um grande problema para a nossa economia local. O facto de nós não podermos fazer uma construção num terreno, seja ela uma moradia, um edifício, um armazém, uma escola, temos de pensar numa questão muito importante que são os postos de trabalho. São construtores, são técnicos que fazem projectos, são pessoas que vivem da compra e venda dos imóveis, temos os trabalhadores que vêm de fora e vêm alimentar-se nos nossos restaurantes e cafés, consomem nos nossos supermercados, ficam a dormir nos nossos alojamentos. Isso contribui e muito para a nossa economia local, que está em crescimento, neste momento. O facto de reduzirem estas áreas urbanas todas e proibirem quase a construção na zona saloia, porque há aqui um aperto muito grande na construção, vai-se reflectir e muito no desemprego e na nossa economia local. Portanto, eu acho que deviam pensar e reflectir sobre isto. Depois, a forma como os perímetros urbanos foram delimitados, vê-se ali muita injustiça. Parece-me que o desenho podia levar ali uns acertos para não andarmos a contornar as construções existentes e fugir aos terrenos que não estão construídos e andamos ali a tirar todos os terrenos onde ainda se podia construir qualquer coisa, só para reduzir as áreas urbanas. Não é isso que diz a legislação. A legislação o que diz é que este PDM tem de conter os perímetros urbanos. Fora dos urbanos há a questão de poder haver os aglomerados rurais, mas a Câmara entendeu não o fazer - e pode fazê-lo - agora, em lado nenhum diz que tem de ser reduzido o perímetro urbano. Diz que tem

*Ecunp*  
*Vera Rocha*

de ser contido. E contido não é reduzido. Portanto, havendo necessidade de reduzir, por alguma iniciativa da Câmara, essa redução não deveria ser tão drástica, porque estamos a falar da vida das pessoas, estamos a falar de investimentos muito grandes, estamos a falar de pessoas que investiram a vida toda em terrenos para deixar para os filhos, para poderem fazer ali alguma coisa, venderem e garantir a sua reforma e que viram a sua vida toda ir pela água abaixo com uma decisão destas. Acho que poderia haver aqui uma abertura da Câmara, que há - tive uma conversa com o Arquitecto Tiago Trigueiros e ele disse que sim, senhor, que há lugar a acertos dos perímetros urbanos, não aqueles que nós desejaríamos, mas haverá acertos porque há coisas que não foram tidas em conta. Por exemplo, depois de desenhados os perímetros urbanos, em 2012, 2013 houve muita aprovação, muitas casas construídas, muitos projectos aprovados e que agora estão fora dos perímetros urbanos. E o facto de ficar fora dos perímetros urbanos, o problema não é eles não poderem construir, o problema é que o limite que foi traçado foi feito com base no que não estava lá e o vizinho do lado deixa de poder construir. Faz-se assim um desenho que não me parece o mais adequado e que podia ser objecto de correcção. Aproveito a presença do arquitecto Tiago para, à medida do que foi feito com as medidas preventivas, poderia também salvaguardar-se a vida destas pessoas e assim, em todos os terrenos urbanos que sofreram este tipo de alterações haveria uma ponderação em que se tinha em conta a existência de um arruamento, a existência de uma casa licenciada, vamos permitir, pelo menos que aquela faixa dos 20 ou dos 30 metros de quem tinha um terreno urbano e deixou de o ter, pelo menos que o faça neste bocadinho, para que as pessoas não fiquem tão lesadas. É que estamos a falar da vida das pessoas. Há aqui muita gente que não tem a noção de que tinham terrenos urbanos que deixaram de o ser. E isso preocupa-me, enquanto cidadão. Depois, a estratégia que foi definida pelo PDM, concordemos ou não, é a estratégia do PDM, parece-me que não está concretizada da mesma forma em todos os perímetros. Há aglomerados em Alvarinhos, Magoito, Tojeira, Arneiro, em que as iniciativas para se fazer o desenho dos aglomerados não são as mesmas em todos eles. Foram atribuídas definições de espaço rústico e espaço urbano, que pressupõe uma série de condicionantes para serem uns ou outros e depois, isso não se reflecte na totalidade no terreno. E acho que era de pensar e analisar com calma estas questões. Depois, preocupa-nos esta obsessão de reduzir os perímetros urbanos e quase proibir a construção aqui na zona salaia. Estão a esquecer-se que temos filhos e queremos que eles cá fiquem. Queremos cá ficar e criar aqui os nossos postos de trabalho, estamos a querer investir no nosso território e estão a "cortar-nos as pernas". E quem não leu o regulamento é capaz de não ter noção disso, mas quando começarem a ler irão perceber o que estamos a dizer. Se for preciso eu disponibilizo-me para explicar tudo isso, com mais calma. Depois, foi esquecida, na nossa zona, a definição de perímetros para turismo. Nós podemos construir turismo aqui na nossa zona salaia, mas temos de ter dez hectares. Mas não é esse o perímetro de turismo que nós queríamos. À semelhança das outras freguesias, gostaríamos de ter uma zona em que se diz: "aqui é zona para turismo" sem ser necessário ter dez hectares, até porque é muito difícil ter dez hectares na nossa zona. Desta forma, o turismo que é permitido acaba por cair apenas no alojamento local. E isso não é turismo. É um "turismozinho" e nós queremos mais. As outras freguesias podem fazer hotéis.

Excm.  
Vera Rocha

Nós não podemos. Não estou a pedir para fazerem hotéis como aquele que foi feito e toda a gente critica - e eu também, mas isso é outra "guerra" - mas há formas de o fazer bem feito e, neste novo PDM, não temos essa possibilidade. Portanto, acho que poderiam ter pensado um bocadinho mais nisso. Pediram-me para falar aqui numa questão que era um compromisso da Câmara Municipal de Sintra: falou-se durante anos no Parque de Campismo do Arneiro dos Marinheiros. Há uma rua chamada Rua do Parque de Campismo, foram criadas uma série de condições para que isso se fizesse e nem sequer, vem delimitada uma zona nesses terrenos adquiridos pela Câmara para o fazer. Isso ficou no esquecimento e há pessoas que estão sensíveis a essa questão e daí me pedirem para apresentar o assunto. Depois, penso que a transformação toda que aconteceu, de terrenos deixarem de ser urbanos para construção ou terrenos rurais onde se poderia construir com a área de 5 mil e 2 mil metros quadrados e, fora do Parque Natural, até com 10 mil metros quadrados, ao contrário do que o arquitecto dizia, que promove a agricultura e o preço dos terrenos rústicos vão baixar, isso pode acontecer, mas não acredito que quem tiver um terreno rústico aqui na zona para o vender por meia dúzia de tostões, não o irá vender, nem juntar com o de ninguém. Vai é aumentar a especulação imobiliária nos terrenos urbanos. E isso já está a notar-se, pois são poucos aqueles onde se pode construir e os preços estão a disparatar. E qualquer dia, nós, que somos de cá, não podemos cá ficar porque não temos dinheiro para eles. E já andam aí uns senhores de fora a virem apanhar-nos os terrenos e a querer fazer os seus investimentos e nós não temos capacidade para isso. Portanto é preciso pensar nesta questão. Depois, temos muita falta de habitação na nossa zona. O PDM faz um levantamento a dizer que aqui há muitas casas devolutas. Havia algumas, mas já não há. Desde altura em que foi feito o levantamento, houve muita casa que foi abandonada, muita casa perdida para os bancos, mas também com esta reviravolta na nossa economia, quase todas foram vendidas, quase todas foram transformadas, quase todas estão em pleno funcionamento. E nós estamos com falta de construção na nossa zona, não só a zona saloia, pois as zonas urbanas mais densas também têm essa falta de habitação. Nós vamos ter ainda mais, porque cada vez temos menos terrenos para construção e isso, mais uma vez, vai reflectir-se na nossa economia e até nos próprios impostos da nossa autarquia. Uma outra coisa que me preocupa muito também, é que não estamos a concorrer com as câmaras vizinhas. A Câmara de Cascais, de Oeiras, de Loures, de Mafra, aumentaram os perímetros urbanos, promovem os investimentos, têm grandes investidores a apostar forte e feio, estamos a ver tudo a crescer e nós aqui ficamos completamente esquecidos. Isso não é justo para nós. Nós merecemos mais. Há investidores a fugir de Sintra porque não há terrenos, porque demora muito tempo uma aprovação, complica-se tudo e mais alguma coisa e eles estão a ir-se embora. E com eles vão os postos de trabalho e isso reflecte-se na nossa vida aqui na Freguesia. É desemprego, é falta de investimento. Portanto, vamos ser penalizados e muito. É preciso pensar a sério nestas questões. Deixo aqui estas alertas e, por fim, pergunto o que pensa aqui a Assembleia e o que fizeram, para as pessoas também saberem - eu sei o que fizeram, tanto a Assembleia, como a Junta, como os partidos, eu estive envolvido com algumas pessoas - mas as pessoas não sabem. É preciso que vocês transmitam às pessoas que aqui estão, que houve reuniões, que houve publicitação nos sites, que houve muita

*Exemp*  
*Vera Rocha*

divulgação das coisas, foram feitas reuniões onde não apareceu quase ninguém - é preciso que se diga. Portanto, a Freguesia esteve a trabalhar, não chegou foi a toda a gente. O Henrique, há bocado dizia que foi divulgado o regulamento final e a planta de ordenamento do PDM só em Abril é que foi publicada a última versão do PDM, em que já se conseguia localizar os terrenos e as casas. Só nessa fase é que nós conseguíamos consultar e ver de que forma seriam afectados os nossos terrenos. Até lá, apenas se viam umas manchas em que era muito difícil ver. Tínhamos que ir ao gabinete de apoio ao PDM localizar o terreno e era um processo muito complicado e as pessoas não conseguiam perceber. Quando se aperceberam foi em Abril e então, foi um corrupio das pessoas a perguntarem o que é que se estava a passar. Portanto, foi um prazo muito curto para as pessoas analisarem as coisas. E depois, o prazo de reclamação e discussão pública, caiu em plena época de férias. O Sr. Presidente diz e bem, os nossos emigrantes estão cá, mas também os que cá estão estavam de férias e nós não conseguimos contactar com muitas pessoas porque estavam de férias. E é pena, porque poderia ter sido ajustado o prazo, porque muitos não conseguiram participar, porque quando souberam não estavam cá e o PDM é para todos, para o bem da Freguesia e do Concelho. Ele dizia que aprovava o PDM no dia em que toda a gente concordasse e estivesse em sintonia, o que não acontece. Portanto, acho que há aqui muito trabalho feito, e bem feito, mas também há algum trabalho ainda por fazer. Estamos a tempo. O Arquitecto Tiago Trigueiros, responsável pela Divisão do PDM também já o disse, e eu tive reuniões com ele, em que se mostrou sensível a estas alterações, desde que não vão contra a estratégia do PDM. Há sempre acertos que podem ser feitos. As reclamações vão ser atendidas, principalmente as que fizerem sentido e não colidam com a estratégia do PDM. Há, assim, abertura para haver ainda um trabalho de acertos - claro que não vamos mudar o PDM, isso é impossível e está completamente fora de questão, mas há a possibilidade de se fazerem acertos que podem mudar a vida das pessoas da Freguesia. Acho que estamos a tempo de fazer alguma coisa para que isso aconteça e é para isso que aqui estamos a pedir a vossa ajuda, que é para o bem de todos. Obrigado." (Aplausos.) -----

**Presidente AF** - "Muito obrigado. Perguntava aos restantes subscritores, quem pretende usar da palavra, uma vez que não vai haver debate. Depois da exposição, daremos a palavra aos membros da Assembleia. Dou a palavra ao Sr. Henrique Martins." -----

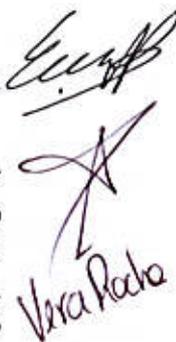
**Sr. Henrique Martins** - "Muito obrigado, Sr. Presidente. Este pormenor dos membros da Assembleia não terem tido acesso não só aos considerandos como também às propostas/sugestões que fizemos, pode condicionar um pouco aquilo que pretendíamos. Mas antes de passar às propostas, gostaria de salientar que para elaborarmos tudo isto que trazemos aqui hoje, foram mais de mil páginas. Só o relatório do PDM - proposta de 2016- foram mais de 400 páginas. O de 2018, 300 e tal, tiraram aqui 60 ou 70 páginas, que tinham a ver com os créditos. Depois, o regulamento, mais 120 e tal páginas... foram mais de mil páginas que consultámos para fazer estas propostas, que vão ao encontro daquilo que fomos apresentando, quando andámos aí no terreno e, não disse há bocado vou dizer agora, em que muita gente andou, muitos jovens se envolveram nisto e ajudaram os vizinhos a consultar e fazer reclamações. Por isso, um muito obrigado a esses

*Lucy*  
*Vora Rocha*

jovens e menos jovens que se envolveram a favor de todos nós. A primeira sugestão que nós trazemos aqui é a de classificar na carta de ordenamento, como espaço de uso especial, equipamentos, em solo urbano mas não habitacional, todos os espaços da nossa União de Freguesias onde estão instaladas as escolas, activas ou não activas. Não consigo perceber porque é que umas estão e outras não. Também os locais de culto, as igrejas, também não consigo perceber porque é que umas estão e outras não estão. As associações, sejam as culturais, as recreativas, as desportivas e sociais, os centros de saúde e todos os outros espaços similares, como as parcelas de terreno cedidas à Câmara no âmbito de processos de loteamento, para serem destinadas a equipamentos de utilização colectiva. Estes não são espaços habitacionais. São solo urbano mas não habitacional. E isso, para quem olhar para os mapas, dá uma ideia errada da área disponível. Vou dar aqui um exemplo, de S. João das Lampas, onde estamos. Há várias casas, a Galucho, etc. e a proposta de perímetro urbano apresenta-se a vermelho. Isto é o que tem a carta. E se tivéssemos aqui a legenda, a carta diria que tudo isto é urbano, mas há uns azuis mais escuros, com traços verticais ou mais oblíquos, onde se pode construir uma habitação. Onde aparecem traços mais para o rosa, são indústrias / actividades económicas. Os amarelos são os equipamentos, os verdes são espaços verdes. Se nós pegássemos nisto, veríamos que aquele amarelo é onde está a Junta de Freguesia, a colectividade, a escola. Ótimo. Mas S. João não tem mais, ou melhor, tem o espaço multiusos. Então onde é que está o Centro de Saúde? É uma habitação? Onde é que está o Lar de S. João? É uma habitação? Onde é que está a igreja de S. João? É uma habitação? São lacunas que um documento final não pode ter. Quando olhamos para o mapa temos de perceber o que é que o nosso território tem. As coisas deveriam estar devidamente classificadas. Escola de Alvarinhos está desactiva, mas não está classificada. A de Odrinhas está desactiva, mas está classificada. Há um centro de idosos em Alvarinhos, que não está classificado; a sede que está em construção, não está classificada. São imensos os exemplos e portanto, este é o primeiro desafio para os membros desta Assembleia se pronunciarem sobre isto. Nós, a nível individual, fizemos estas sugestões à Câmara. Penso que é fácil aos técnicos analisarem isto e corrigirem, mas mostramos que o documento tem de melhorar muito. Esta é a primeira sugestão. Pergunto agora ao Sr. Presidente se mais tarde posso usar da palavra ou se devo continuar a expor.”.....

**Sr. Presidente AF** - “É pertinente a sua questão, mas eu remeto-a para a Assembleia. Auscultadas as diferentes bancadas, foi de consenso que o assunto fosse analisado globalmente, pelo que deverá continuar a exposição. “.....

**Sr. Henrique Martins** - “Depois da primeira sugestão como contributo para que o documento final fique melhor. A segunda é classificar na carta de ordenamento como espaços verdes urbanos todos os espaços da nossa União de Freguesias, incluídos no protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Sintra, para a gestão e conservação do espaço, pois estes também não são espaços habitacionais. Por exemplo, aqui ao lado temos um largo enorme, que está classificado; se formos à Assafora, o Largo da Lagoa está classificado; Em Magoito, o Parque de Merendas está classificado; mas mais nada: o Parque de Merendas de Assafora não está, o espaço de Odrinhas também não.



Vera Rocha

Tudo aquilo que é espaços verdes, que poderão até ser diminutos, não devem ser classificados como espaço habitacional. A Câmara tem estes documentos, dado que fez um protocolo com a Junta sobre a matéria. Penso que esta proposta também é pacífica e que a Câmara poderá fazer esta alteração. Uma terceira proposta, esta talvez mais difícil - ou não - que é a inclusão no Regulamento do Plano, da categoria "Aglomerados Rurais". É solo rústico, não é urbano, com a respectiva representação na carta de ordenamento. Estes aglomerados correspondem a áreas edificadas de utilização permanente e predominantemente habitacional e de apoio a actividades localizadas em solo rústico, dispondo de infra-estruturas e serviços de proximidade: tem estrada alcatroada, tem água canalizada, tem electricidade e iluminação pública, tem rede de comunicações, de recolha de resíduos sólidos urbanos... são alguns daqueles aglomerados tradicionais da União de Freguesias, com habitações, sem comércio, como por exemplo Almogrove, que é um lugar histórico da União de Freguesias e agora está só como solo rústico. Mas também podíamos incluir Funchal ou Bombacias. E aqui, o gabinete do PDM deverá reflectir se pode incluir, porque a Lei o permite. Isto está relacionado com a identidade das Freguesias e a Lei de Bases dos Solos, o Decreto-Lei e o Decreto Regulamentar, de 2015 que permite, no seu artigo 13º, outras categorias de solo rústico que, nos aglomerados rurais, correspondem a área edificada. Portanto, se for do entendimento de quem está analisar, que a nossa Freguesia tem estas características, pode delimitar as áreas com as mesmas características e não condiciona, depois, o aumento de solo urbano para essa análise. Penso que deve ser feito um investimento nisto para preservar a nossa identidade e dar a possibilidade de muito mais gente poder continuar por aqui. Esta é a nossa terceira proposta/sugestão. A quarta proposta, também se pede a inclusão no regulamento do Plano a categoria de "área de edificação dispersa" em solo rústico, com a respectiva representação na carta de ordenamento. Estas áreas correspondem a espaços existentes fora dos núcleos urbanos mas que estão totalmente infra-estruturados com tudo o que disse acima. E o exemplo que aqui apresento é o da Rua dos Cardais em Alvarinhos, em que há 20 ou 30 anos, a Câmara fez ali um grande investimento e os proprietários investiram e criaram ali todas as condições tanto para quem já tinha construído como para os que ainda queriam construir. Esta categoria "área de edificação dispersa" também está contemplada na Lei. Sr. Presidente, se me dá licença eu iria pedir ao Pedro Alexandre, que mora nesta rua, para dar o seu contributo." (Licença concedida)

Sr. Pedro Alexandre - "Muito boa noite a todos. Sobre esta Rua, eu pouco tenho a dizer. O que tenho a dizer é sobre todas as ruas que se encontram em iguais circunstâncias. Nós cedemos ao domínio público parte dos nossos terrenos, em troca de poder ter uma habitação. Foi essa a condição. Infra-estruturámos, houve investimento público, a Câmara pagou, nós pagámos, a comunidade pagou. E agora, de repente, somos expropriados de tudo aquilo em que se investiu. Assim como nós compreendemos não investir em terrenos dissipados - e não vamos pedir investimento à Câmara para nos levar a água, recolher os lixos, para levar electricidade a um terreno longínquo rústico- aceitamos isso de consciência tranquila, pelo mesmo critério dizemos que não estamos a pedir mais, mas que rentabilizem aquilo que foi gasto. Não esbanjem o nosso dinheiro público. Parece que se está a agir de má-fé, quando havia um plano estratégico em 1999, que

*E. C. B.*  
*Vera Rocha*

nos conduziu para um local e, quem se portou bem, os que cumpriram o plano estratégico da Câmara Municipal, são agora, neste momento, os prejudicados, porque quem fez as obras ilegais vê-as legalizadas retirando a possibilidade de construir nos terrenos rústicos. O que vos peço aqui não é para a Rua dos Cardais, não é para a Rua da Cabine, não é para a Rua do Campo da Bola, não é para rua nenhuma em concreto. É sensibilizar-vos a vós, como fizemos na Câmara Municipal, para que façam algo mais. Eu percebo que a nível político e a nível pessoal de quem está aqui, à minha frente, não estejam habilitados a 100% para discutir isto. Claro que não. Ninguém vos exige isso. Agora sim, exigimos-vos, e por isso vos elegemos, por termos confiança em vós e por serem pessoas com capacidade e competência, de chamar quadros técnicos capazes de se sentarem ao vosso lado e explicar estas coisas como o Hugo Barbosa explicou, como o Henrique dissecou. Há muita gente com capacidade dentro da nossa União de Freguesias e dentro do nosso Concelho. Muita gente. Reforcem-se vós dessas pessoas. Elas existem. Não se percam. Isto não é nada abstracto nem nenhuma ciência oculta. Nós só queremos e defendemos que a sustentabilidade do nosso território, depende de ter uma casa no topo das nossas parcelas. Cada propriedade com mais de dois mil metros quadrados, cinco mil, ou dez mil, cada uma com os seus índices de construção, em que nada afecta o plano estratégico da Câmara Municipal de Sintra quanto ao seu perímetro urbano, que nos deixem manter a sustentabilidade das nossas aldeias, que nos deixem manter o Concelho de Sintra com esta paisagem magnífica da volta saloia de toda a gente que aqui passa, mas para isso é preciso deixarem fazer uma casinha familiar em cada cinco mil metros quadrados. Deixem, àqueles que deixaram para os seus netos, para os seus filhos... deixem-nos fazer a habitação familiar. O que é que isso pesa? Pesa um prédio em Mem Martins. Dois prédios nas Mercês. Vamos trocar o nosso património, a nossa história, a nossa descendência, o futuro dos nossos filhos... neste momento, nós os munícipes já fizemos o que podíamos, o último passo, possivelmente é este, junto de vós. É apelar-vos a vós, que continuem a nossa luta. Já vi um Presidente desanimado, já vi muita gente a baixar os braços, já vi várias coisas, mas não os baixem. Defendam-nos. Estejam connosco nesta defesa. Agora são vocês. Nomeiem uma comissão, convoquem-nos a nós ou quem vocês entenderem. Nós estamos cá para isso. Para defender o nosso Concelho e a nossa região em concreto. Mas não fiquem de braços cruzados a ver o navio passar. Obrigado. "(Aplausos)-----"

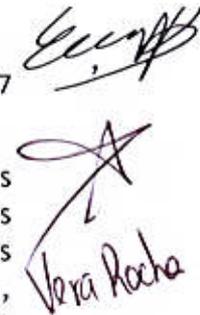
Sr. Presidente AF - "Muito obrigado pela sua intervenção. Gostaria só de lhe dizer o seguinte: - não pretendo estabelecer aqui polémicas nesta assembleia, mas não posso deixar em claro a intervenção que fez porque, antes desta assembleia se efectuar, tivemos o cuidado de solicitar a possibilidade de termos aqui técnicos qualificados, que nos pudessem ajudar a discutir esta matéria. E aquilo que nos foi transmitido é que não queriam pessoas estranhas. Foi isto que nos foi transmitido. A partir deste momento, qualquer elemento das forças políticas aqui representadas abstiveram-se de trazer técnicos qualificados para esta Assembleia. E, portanto, aquilo que o Sr. nos pediu é que nos rodeássemos de técnicos qualificados e o que eu lhe estou a dizer é que, seguramente, estamos rodeados de técnicos qualificados e só não estão hoje aqui presentes, porque nos foi vedada a possibilidade de eles intervirem. Era só isso."-----

Sr. Henrique Martins - "Nós não somos técnicos, mas sentimo-nos à vontade para responder a todas as dúvidas que sejam colocadas, e esta assembleia foi requerida por cerca de mil eleitores da nossa União de Freguesias, que confiaram no trabalho do Hugo, do Henrique, do Pedro, do Pompeu e muitos outros. Nós sentimo-nos habilitados para responder a todas as dúvidas que forem colocadas. Todas as pessoas que vieram ter connosco foram esclarecidas e, se não foram, deveriam ter insistido. Portanto, os membros da Assembleia também receberam, ou deveriam ter recebido atempadamente os documentos que nós elaborámos e disponibilizámos, tal como a Câmara disponibilizou para nós podermos, atempadamente, conferenciar e esclarecermos. Nesta Assembleia que foi requerida por nós e em que foi pedido que para além de dois elementos pudessem mais alguns intervir, para podermos dar o nosso contributo e depois, os membros da Assembleia, se se sentirem confortáveis e possam colaborar, provavelmente, deveria haver um intervalo para eles poderem conferenciar, porque em cima do joelho não devem ser tomadas decisões importantes. De qualquer forma, aquilo que temos apresentado não nos parece que seja polémico. Acho que qualquer um de nós entende que aquilo que estamos a propor é a favor da nossa União de Freguesias. Portanto, já apresentámos quatro e agora vamos apresentar a quinta. E a quinta sugestão diz: "Permitir a construção em solo rústico que seja confinante ao solo urbano, em área já infra-estruturada, conforme temos vindo a referir, com estrada alcatroada, com água canalizada, electricidade, iluminação pública, rede de comunicações, recolha de resíduos sólidos urbanos e habitações para os proprietários ou titulares dos direitos de exploração." Anteriormente, havia a possibilidade, na área do Parque, de se construir numa primeira coroa, em terrenos com dois mil metros quadrados e, depois, numa segunda, em terrenos com cerca de cinco mil metros quadrados. Esta nossa proposta vai também ao encontro daquilo que tem estado em vigor. Esta é uma quinta sugestão, para permitir a fixação das pessoas que aqui nasceram ou vieram para cá e têm os seus filhos e netos. Na 6ª sugestão - e esta talvez seja um bocadinho mais delicada - nos artigos 111, ponto 2 alínea a) e 112 alínea a) do Regulamento do PDM, a redacção deverá ser alterada para: "- Não é permitida a edificabilidade em prédios de área inferior a cinco mil metros quadrados, meio hectare". O que está proposto no Plano é dois hectares (20 mil metros quadrados), Depois, com as condicionantes de quem pode construir ou não, mas a nossa sugestão é haver essa alteração, dos 2 ha para 0,5 ha, para ir ao encontro daquilo que tem estado em vigor. Portanto, trata-se de uma proposta que, se for atendida, nos protege em grande parte. Uma sétima sugestão, que já foi referida pelo arquitecto Hugo Barbosa, também solicitamos que na carta de ordenamento seja incluída a localização do Parque de Campismo Municipal em A-dos-Eis, Arneiro dos Marinheiros, pois há algumas décadas, houve terrenos expropriados para esse fim. Nota: sobre o Parque de Campismo, esclareço que se está a falar de um Parque de Campismo Municipal prometido há décadas (estou a transcrever aquilo que o meu colega Pompeu acrescenta às nossas sugestões) - a concretização deste Parque de Campismo seria do interesse para o desenvolvimento desta região. Propõe-se que na versão final da carta de ordenamento do PDM 2018 seja incluída a localização do prometido Parque de Campismo Municipal em A-dos-Eis/Arneiro dos Marinheiros, dado que há algumas décadas houve terrenos expropriados pela



Câmara para esse efeito e, na toponímia local, conforme constam das plantas de ordenamento da proposta PDM, existe a Rua do Parque de Campismo, no Arneiro, sendo que até agora, o mesmo ainda não foi concretizado e parece ter sido esquecido. Não irei acrescentar muito mais, mas seria muito importante para a nossa Freguesia termos essa possibilidade. Por fim - e é outra situação, que está em aberto - nós inicialmente mandámos um documento, mas depois foram-nos chegando algumas das vontades que fomos sentindo enquanto andámos aí no terreno a conversar com as pessoas. Tenho aqui quatro sugestões que peço ao Senhor Presidente que seja o nosso colega Pompeu Clemente a vir apresentá-las. ....

**Sr. Pompeu Clemente** - "Boa noite a todos e agradeço a oportunidade de estar aqui. A minha posição, embora não seja técnico nesta área específica do ordenamento do território e urbanismo, prende-se mais às conversas que tive com as pessoas e durante a recolha de assinaturas e troca de impressões sobre o que as pessoas sentiam face a esta nova proposta do PDM. Foi com muito desencanto a versão sujeita a discussão pública e, neste momento, sinto também que é esse o sentimento de grande parte dos fregueses desta União de Freguesias. Muita gente ainda não se apercebeu do que é o PDM nem qual a implicação que o PDM tem na vida futura das pessoas e na dinâmica desta União de Freguesias também. Pelo que é dado a ver na proposta que foi colocada à discussão pública, e do que constava do PDM de 1999 - é sobre isso que eu vou falar, sobre aquilo que as pessoas sentem - é que existem diversos terrenos que passaram de urbanos para rústicos, perderam capacidade de construção e assim, foi esvaziado de um momento para o outro, o esforço de poupanças das famílias ou empresas, que, com sacrifício foram tendo ao longo dos anos. Existem também diversos terrenos, anteriormente urbanos, muitos deles já construídos e com licença de utilização, que, embora sendo mantidos como urbanos, passam a estar numa zona de densidade de construção de 20%, o que vai impedir que haja qualquer ampliação nessas construções. Conforme também já aqui foi dito, existiam muitos terrenos rústicos localizados nos anéis dos cinco mil e dos dois mil metros quadrados, onde até agora, era permitida construção, e que agora passam a terrenos rústicos e, na prática, sem viabilidade de construção, nomeadamente, de habitação. Existem terrenos que antes eram industriais e que deixaram de o ser e existe dificuldade em encontrar terrenos para novas indústrias e serviços ou expansão dos existentes. Não existe a previsão de crescimento de instalações para turismo - nem para o tal Parque de Campismo já anteriormente referido. Como implicações, há menos terrenos para construção, menos expansão da economia, um preço mais elevado para os terrenos disponíveis. Para muitos é uma perda do pé-de-meia que, tipicamente, nas zonas saloias, é usado como um seguro de reforma. Há uma grande probabilidade de fuga de investimentos e de população para outros municípios com preços mais baratos e com mais facilidade de construção; há uma desertificação das camadas mais jovens; um envelhecimento da população; perda de identidade dos aglomerados saloios. A construção, como todos sabemos, é um grande motor da economia, mas nós não estamos a pedir para aqui nada que seja parecido com a Ericeira, mas menos construção é menos trabalho e existem, como disse o Hugo Barbosa, muitas actividades ligadas directa e indirectamente à construção. Haverá menos indústria e menos serviços, menos turismo, menos emprego. Também uma



Vera Rocha

directriz do Plano é que esta é uma zona rural e agrícola. Em minha opinião, os terrenos existentes nesta freguesia são, na maioria, pouco férteis e de reduzidas dimensões - naturalmente haverá alguns melhores - mas grande parte deles, nos dias de hoje a sua exploração agrícola não têm viabilidade económica. Também, hoje em dia, uma grande maioria da população jovem da freguesia, está ligada à indústria, ao comércio ou serviços, com elevada formação profissional em relação ao sector agrícola ou florestal. Grande parte da agricultura ainda existente na Freguesia tem dimensão de cariz de subsistência doméstica e muito junto ao local da habitação. Existem hoje, na periferia, muitos terrenos livres e abandonados, disponíveis, se necessário, para um crescimento da agricultura na Freguesia. Algumas consequências, salvo melhor opinião, para a área da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem, a manter-se inalterável a proposta do PDM: Aumento de desemprego ou transferência de população para outros locais fora da Freguesia e do Concelho; maior pobreza e menos desenvolvimento; estagnação e atraso; empobrecimento das populações; terrenos abandonados, matos e entulhos (dentro do Parque Natural); redução da economia; redução dos impostos; menores receitas nos cofres das autarquias. Por estas razões, apresento algumas propostas que reflectem os anseios e os sentimentos de grande parte dos signatários, fregueses eleitores da União de Freguesias. São as seguintes:-----

Verifica-se, na proposta do PDM submetida à discussão pública, uma forte redução e redistribuição das zonas onde é permitida construção, a falta de zonas para expansão, o que, a manter-se inalterado na versão final do PDM, irá acarretar falta de confiança da população no Município e elevados prejuízos directos para os proprietários, bem assim, como elevados prejuízos directos e indirectos para o desenvolvimento da economia local, emprego e qualidade de vida das populações residentes. Também, por outro lado, esta região da União de Freguesias é caracterizada por uma baixa densidade de construção e por baixas taxas de impermeabilização, quando comparamos, por exemplo, com zonas existentes neste mesmo Município ao longo do IC -19 e via-férrea Sintra-Lisboa, em que as densidades de construção são enormes. O que se propõe para a nossa área geográfica, sem prejuízo da classificação de urbano de outros terrenos propostos como tal nas propostas de ordenamento do PDM-2018 em discussão pública, sejam considerados e classificados como urbanos, todos os terrenos que no PDM de 1999 foram classificados pela Câmara Municipal de Sintra como espaço urbano, ou seja, inseridos nos perímetros urbanos e sem condicionantes que no PDM de 1999 inviabilizassem a construção na mesma. Sem prejuízo da classificação como urbanas de baixa densidade, de outros terrenos propostos como tal nas plantas de ordenamento do PDM-2018, em discussão pública, sejam considerados e classificados como urbanos de baixa densidade nas plantas de ordenamento da versão final do PDM-2018, todos os terrenos que no PDM-1999 foram classificados pela Câmara como espaço urbanizável e sem condicionantes que inviabilizassem a construção nos mesmos. Que na versão final do PDM-2018, seja permitida a construção nos terrenos rústicos nos anéis de dois mil metros quadrados, cinco mil metros quadrados e de dez mil metros quadrados, circundantes às áreas urbanas, para habitação ou outros usos, conforme permitido pelo Parque Natural Sintra-Cascais e pelo PDM-1999. Sem prejuízo de novas áreas de edificação

para a indústria, para serviços, para turismo ou para equipamentos, que estejam propostas na versão submetida à discussão pública do PDM-2018, sejam mantidas como tal na versão final do PDM-2018 e nas respectivas plantas de ordenamento, todos os já contemplados na versão do PDM-1999.”

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado. Lembro apenas que são um quarto para as onze e temos ainda de dar a palavra aos membros da Assembleia, pelo que peço ao Sr. Henrique Martins que seja rápido.”-----

Sr. Henrique Martins - “Vai ser rápido. Portanto, estas deliberações a tomar por esta Assembleia, deverão ser encaminhadas e dadas a conhecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, também aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Sintra, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Sintra e também aos eleitos da Assembleia Municipal. Tudo o que aqui apresentámos e que daqui para a frente irá decorrer, deverá ser dado a conhecer a estas entidades. Por fim, gostaríamos de dizer que estamos confiantes que aquilo que fizemos hoje, aqui, com as nossas propostas/sugestões, foi um valioso contributo para que a versão final do PDM seja um documento onde todos nós nos revejamos. Obrigado a todos, pela atenção e paciência, em meu nome e em nome do Pedro, do Hugo e do Pompeu. Obrigado Sr. Presidente.”-----

Sr. Presidente AF - “Muito obrigado, Sr. Henrique. Todos nós, seguramente, lhe agradecemos as intervenções e agora, passaria, porque me foi pedido, a palavra ao Sr. Presidente da Junta.”-----

Sr. Presidente da Junta - (Depois dos cumprimentos) - “Eu queria só, neste momento, dizer ao Sr. Engenheiro Pedro Alexandre, que se me tivesse sido solicitado, eu dar-lhe-ia todo o trabalho desenvolvido durante os últimos cinco anos, tanto como presidente de junta, como deputado municipal e como membro da comissão de acompanhamento do PDM. A sua intervenção foi ao coração das pessoas, mas lamento que tenha desconhecido e desconheça tudo o que tem sido feito até aqui pelo deputado Guilherme Ponce de Leão. Gostava de lhe dizer que fui um dos primeiros a estar contra este PDM. Muito obrigado.”-----

Sr. Presidente AF - “Passaríamos agora à fase de intervenção das respectivas bancadas, relativamente à exposição que foi feita pelos quatro elementos subscritores. Daria de imediato, a palavra ao elemento da CDU, Sr. Diogo Costa.”

Vogal Diogo Costa (CDU) - Depois de cumprimentar os presentes, procedeu à leitura do seguinte documento:-----

*“O urbanismo no seu sentido mais amplo é uma actividade eminentemente democrática que remete para as escolhas políticas informadas, para o debate e a confrontação entre diferentes projectos políticos sobre a pólis, para a existência de cidadãos activos com vontade de participar e de agir em defesa dos seus interesses individuais ou de grupo, valorizando a validação de hipóteses e a sua rejeição, a oposição entre os contrários, a escolha e a decisão democrática.*

*O município de Sintra, com a aprovação do PDM em 1999, é naturalmente, fruto de escolhas e de opções urbanísticas erradas tomadas pelo PS, PSD e CDS . Perdeu a população em geral que todos os dias enfrenta problemas de mobilidade por falta de vias*

*adequadas para o nº de habitantes existentes; perderam os jovens que não têm locais para a prática de actividades desportivas e culturais; perderam as famílias porque não têm espaços verdes e de lazer suficientes às suas necessidades.*

*Numa afirmação do modelo selvagem de neoliberalismo, o desenvolvimento urbano em Sintra pura e simplesmente ignorou a distinção entre o direito a edificar e o direito a urbanizar, clarificação fundamental para definir a forma como a Administração se relaciona com o processo de produção de solo urbano e com a geração de mais-valias simples. Sem a fazermos não podemos encontrar as respostas para grande parte das disfuncionalidades que caracterizam o ordenamento do território, em especial em áreas urbanas como Algueirão-Mem Martins, Rio de Mouro, Cacém ou Queluz, e que o novo PDM de Sintra poderá resolver.*

*O Modelo de Desenvolvimento Territorial apresentado no Plano Diretor Municipal (1999) proposto apresenta uma visão territorial sustentada na existência de um espaço abstrato, indiferente às relações económicas, aos conflitos sociais, nas suas diversas contradições. Esse modelo é caracterizado, numa leitura auto-crítica, por oposição ao modelo de desenvolvimento de «novas áreas urbanas e de novas infraestruturas» que presidiu à elaboração do PDM de 1999, pela mesma força partidária que agora faz o seu ato de contrição. Ao mesmo tempo, é inequívoca a opção por um modelo de território virado para o desenvolvimento. Mas não para o desenvolvimento inócuo ou neutral ou uma via desenvolvimentista reminescente do espírito pós-II Guerra. O Concelho de Sintra tem actualmente 400.000 habitantes e teve nos vinte últimos anos uma taxa de crescimento de 24,9%, a 2ª maior da Grande Lisboa, a seguir a Mafra. O Concelho de Lisboa, Loures e Amadora, tem perdido população para os Concelhos da periferia. Será que este fenómeno se explica somente pela aplicação do binómio mobilidade – baixo preço da habitação?*

*Nos objectivos gerais, o documento apresentado analisa graficamente a ocupação do Concelho por classes e categorias de espaços.*

*Todas as classes de espaços apresentam uma ocupação de espaço superior a 50%, com excepção da classe urbana. Por exemplo: espaço disponível da classe de espaço urbano 52,38%, espaço urbanizável de uso habitacional 36,34%, espaço de desenvolvimento turístico 40,49%, espaço industrial 24,47%, espaço de indústrias extractivas 34,22%, espaço de equipamento 16,46%, etc. Pelo exposto observa-se que ainda existe bastante espaço disponível nas classes de espaços urbanos.*

*Verificamos que a actual proposta de PDM adopta as propostas da CDU ao nível das áreas verdes de descompressão entre espaços urbanos, a criação de parques urbanos de usufruto público nos principais núcleos, o que constitui um avanço em relação ao anterior PDM. A Conectividade Verde, sempre defendida pela CDU e tão criticada pelos outros partidos, vem agora afirmar-se no actual PDM, com a Defesa dos sistemas ecológicos, em especial da rede hídrica, e a criação de áreas de descompressão urbana como fator de qualificação urbana e do bem-estar e da vida da população. O tempo veio dar razão à CDU.*

*A carta de condicionantes agora proposta vem definir uma política de solos que procura assegurar a disponibilização de terrenos para os diversos usos, protegendo os usos*

*Vera Rocha*

*agrícola e florestal, incapazes de competir com o poder aquisitivo do uso urbano já que no âmbito da exploração normal associada a estas actividades não é possível amortizar o valor fundiário que o uso urbano suporta. Assim, as áreas de Colares, S. João das Lampas, Terrugem, Almargem do Bispo devem ser observadas com especial atenção, dada a elevada qualidade dos solos.*

*Neste relatório apontamos uma lacuna que deverá ser corrigida: falta a caracterização individualizada das freguesias. O estudo das freguesias seria importante, pois há diversas realidades no Concelho que importa conhecer, e que levantam questões muito pertinentes.*

*Sistematicamente, a proposta já vem responder a questões colocadas anteriormente como: quantidade de fogos devolutos, ou que ainda se encontram por vender ou arrendar, nº de fogos licenciados e por construir e habitar, nº de fogos por construir em alvarás licenciados, compromissos urbanísticos, distribuição de fogos por tipologia, áreas preferenciais por fogo, quantidade de habitações que foram alvo de recuperação, preço por m2 de construção comparando-o com a Grande Lisboa, entre outras questões são fundamentais para compreender a evolução do concelho.*

*Dentro do uso urbano, que tem como objectivo dar resposta às necessidades de habitação de todos os grupos sociais e não apenas dos que têm poder aquisitivo mais elevado, o município deve ser capaz de impedir a desertificação das freguesias do interior, de forma a aliviar toda a faixa urbana ao redor da Linha de Sintra. A definição de perímetros urbanos acaba por clarificar os locais onde se pode construir, impedindo também práticas especulativas que estavam instaladas no concelho. Contudo, se a ideia base é positiva, verificamos que existiu uma excessiva redução da possibilidade de urbanização nas freguesias rurais, o que prejudica o desenvolvimento destes núcleos. Claramente se optou por comprimir essas áreas e por isso, esta rigidez estabelecida não merece a concordância da CDU.*

*Para além disso seria importante a apresentação clara do que se pretende construir ao nível de equipamentos públicos nos grandes núcleos urbanos. Tal não está claro e é praticamente inexistente nos documentos apresentados.*

*O PDM serve para planear o território e como tal deve responder aos grandes desafios ainda existentes. Um desses desafios prende-se com a existência de cerca de 90 Áreas de Génese Ilegal no concelho. As freguesias de Casal de Cambra, Almargem do Bispo e Rio de Mouro são as que ocupam maior área, e outra vez, a freguesia de Almargem do Bispo, Rio de Mouro e S. João das Lampas são as freguesias que contêm maior número de construções de génese ilegal. Cerca de 52% das AUGI's ainda se encontram com uma percentagem de infra-estruturação abaixo dos 50%.*

*O novo PDM de Sintra deverá revelar-se eficaz a controlar o desenvolvimento urbano e a evitar o aparecimento de fenómenos especulativos e de segregação espacial das populações, ao mesmo tempo que garante a criação, estruturação e desenvolvimento de áreas industriais, dando particular atenção às actividades da transformação das rochas ornamentais, medicamento, electrónica, cablagem, química, logística, entre outras, que se têm vindo a estabelecer em Sintra.*

*Vera Rocha*

*O uso urbano deve ser confinado aos perímetros urbanos e aí o Sistema de Planeamento deve garantir uma resposta qualificada para todas as necessidades e não apenas para as de maior poder aquisitivo. Julgamos que a proposta apresentada poderia ser melhorada criando Planos de Urbanização de cidade mais abrangentes. Tal foi criado para as áreas de Algueirão-Mem Martins e Rio de Mouro, mas não se compreende a exclusão de São Marcos e Mira Sintra do Plano de Urbanização da cidade de Aqualva – Cacém.*

*Neste sentido, a articulação do Concelho, com áreas territoriais mais vastas, de forma a corrigir as assimetrias existentes é um tema que é importante. Este PDM devia e poderia caracterizar melhor as áreas urbanas que se localizam fora do nosso concelho mas que influenciam fortemente dinâmicas locais. Notamos um esforço nesse sentido quando se analisam as áreas confinantes com o município de Oeiras e com especial destaque o Tagus Park.*

*Em todo o documento, a argumentação forja fundamentos de doutrina alimentados pelo core da economia mainstream da primeira década do século XXI – concretamente, na prática, Sintra está a elaborar a primeira revisão do seu PDM (que deveria ser um PDM de 3.ª geração) aprisionado no espírito dos PDM de 2.ª geração, que se encontram amplamente superados. São evocados conceitos e instrumentos heurísticos como «equilíbrio» e «maximização», quer seja de forma direta, quer seja de forma indireta, impregnando o discurso técnico. A ideia de maximização racional do território e das suas potencialidades é de pouca valia quando não se incorpora na análise os padrões que permitem perceber a evolução da ocupação do território no conjunto da Área Metropolitana de Lisboa, em função da fase de desenvolvimento urbano atual (que condiciona o próprio sistema urbano), a fase de metápolis. Daqui decorre, embora o PROT-AML seja amplamente citado no documento, por via de força legal, a aparente existência de um «município-ilha». Ou seja, de um território desconexo com o seu entorno mais imediato e com a evolução geral da Área Metropolitana (ou mesmo da cidade metápolis) que integra.*

*Em termos territoriais, o Concelho está dividido de uma forma geral em 3 áreas, que compreendem o Litoral, o Eixo Urbano Queluz - Sintra e a Zona Rural. Ter estratégias e objectivos para estas 3 áreas tão diferentes seria também importante e fundamental para o equilíbrio económico e social do concelho.*

*O PDM contempla três grandes parques (UOPG), com um total de 863 hectares, para os espaços intersticiais das cidades, qualificando as principais ribeiras e favorecendo a qualidade de vida:*

- *Parque urbano da Ribeira da Laje (UOPG1)*
- *Parque urbano da Ribeira das Jardas (UOPG 2)*
- *Parque urbano da Carregueira/Rio Jamor (UOPG 3)*

*Assim, assume claramente as propostas da CDU apresentadas nos últimos anos e que tanta crítica mereceram por parte das outras forças políticas, considerando a impossibilidade de as executar.*

A proposta actualmente em discussão define ainda outras Unidades Operativas de Planeamento e Gestão. São elas:

1. *Litoral Atlântico: UOPG 4 - Praia das Maças e Azenhas do Mar*
2. *Áreas Industriais/desenvolvimento tecnológico:*
  - UOPG 5 – Parque de Ciência e Tecnologia*
  - UOPG 6 – Parque empresarial de Pero Pinheiro / Montelavar*
  - UOPG 7 – Parque empresarial de Morelena*
  - UOPG 8 – Parque empresarial do Ral*
  - UOPG 9 – Parque empresarial Mem Martins*
  - UOPG 10 – Parque empresarial da Abrunheira*
  - UOPG 11 – Parque empresarial de Linhó / Manique*
  - UOPG 12 – Parque empresarial da Bela Vista*

*Se analisarmos, destaca-se claramente a preocupação em relação ao planeamento das áreas industriais/empresariais, dado que, com o desinteresse na construção de novas habitações, esta é a área que desperta mais interesse do capital especulativo. Podemos mesmo afirmar que Lisboa concentra o interesse na dinâmica habitacional enquanto que Sintra concentra o interesse em áreas empresariais.*

*A CDU não compreende a excessiva dedicação deste PDM às áreas industriais, em que estas aparecem claramente como uma preocupação maior do que as áreas habitacionais. Consideramos mesmo, que existe uma viragem de estratégia de um PDM anterior dedicado apenas à especulação habitacional para uma proposta excessivamente virada para a especulação de usos industriais. Isto não significa que a CDU não concorda com o planeamento industrial. Significa que não devemos apostar na monofuncionalidade dos instrumentos de gestão do território e no caso do modelo de PDM agora em discussão este permite uma grande valorização dos terrenos industriais.*

*Também verificamos que é reorganizada a rede viária, tendo em conta as actuais necessidades e eliminação de propostas que sempre foram combatidas pela CDU. Referimo-nos a vias que iriam transportar o processo de urbanização de massas para as áreas rurais e que objectivamente são abandonadas. Mais uma vez, as propostas da CDU de recusa destas vias destapam as más opções políticas do anterior PDM aprovado pelo PS e PSD-CDS. Contudo, observamos que não existe o cuidado e o detalhe em identificar vias que actualmente estão congestionadas ou não respondem às actuais necessidades do município. A maior parte das ligações entre núcleos urbanos ainda vem do século XX e mereciam uma ampliação e reformulação. A proposta praticamente não avança nada neste campo. Este é um aspecto negativo.*

*O processo de urbanização permite, pontualmente, um conjunto de receitas que funcionam muitas vezes como balões de oxigénio para as debilitadas tesourarias municipais, mas face aos pesados encargos que a urbanização acarreta a longo prazo para os municípios, ela transforma-se num ónus para as gerações futuras e para todos os cidadãos. Por isso, a revisão do PDM de Sintra, surge como uma oportunidade para compreender os graves erros que aconteceram no passado. Assim, discordamos que se desenhem na carta de condicionantes usos que claramente foram definidos por privados. Referimo-nos à designada Cidade da Sonae, por exemplo.*

*Os erros e as omissões actuais têm solução, essa é a principal mensagem que devemos dar à população. Não estamos no domínio das fatalidades. Estamos no domínio das escolhas políticas e das consequências dessas escolhas. Precisamos de um PDM de Sintra melhor que o anterior, que promova um ordenamento do território sustentável a longo prazo. Um ordenamento do território que não discrimine os cidadãos e não promova o empobrecimento dos recursos naturais, tão valiosos num concelho como Sintra.* "Disse. ....

*Vera Raba*

**Sr. Presidente AF** – Muito obrigado. Dou agora a palavra ao Sr. José Manuel Patrão, do Partido da Terra. ....

**Vogal José Patrão Santos (MPT)** - (Cumprimentos) - "Eu quero agradecer profundamente a vocês (subscritores requerentes) que se empenharam na defesa da nossa Freguesia de uma forma empenhada, de uma forma que percebi ser minuciosa, em que a vossa voz esteve presente também na Assembleia Municipal e eu revejo-me totalmente naquilo que aqui apresentaram. Acho que nós, as freguesias rurais, nomeadamente as nossas, estão profundamente prejudicadas com este novo plano director. Claro que todos pretendemos um planeamento e um ordenamento para o futuro, mas não é um bom exemplo que a Câmara tem dado ao longo deste tempo, naquilo que observamos crescer nem no tempo que demora a pronunciar-se sempre que se pretenda fazer algum edifício ou alguma pequena construção. Na verdade isto tem de ser visto daqui para a frente, de maneira que eu subscrevo inteiramente todas as propostas que aqui foram apresentadas. Ainda ontem, no Conselho Estratégico Empresarial, em que tive ocasião de estar presente, transmiti que, na verdade, nós estamos em franco crescimento porque no Plano Director até ficamos com mais área para construir, para a indústria (que até tinha mais território que para habitação), ou seja, tínhamos mais onde trabalhar do que onde morar. E observa-se, hoje, a todo o momento, gente que procura a nossa área. Ora, isso é mesmo porque é preciso e há que ter aqui algum bom senso que está patente nas vossas propostas em que me revejo. Muito obrigado.".....

**Vogal Carlos Duarte (PSD)** - (Cumprimentos) - "Começaria por dar os parabéns aos subscritores da convocação desta Assembleia, pelo trabalho que fizeram, pelo extraordinário trabalho que fizeram, pelo reconhecido empenho que colocaram no vosso trabalho e dizer-vos que também o Partido Social Democrata se revê num PDM mais justo e mais equitativo para todos nós. Assim sendo, vou ser muito rápido nesta minha intervenção, para vos dar nota do que acabei de dizer, nomeadamente, através de um documento que tivemos oportunidade de enviar para a Câmara Municipal de Sintra, para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra e que era um documento que, presumo, iria ao encontro daquilo que era pretendido, de tal forma que estamos todos, hoje, aqui presentes e, portanto, creio que é um documento que ainda se pode rever nesta mesma Assembleia: "-Assunto: requerimento para alargamento do prazo de discussão pública do PDM de Sintra / Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra, Dr. Basílio Horta / O PSD tem vindo a realizar uma série de iniciativas para auscultação do nosso Concelho, relativamente à proposta de revisão do Plano Director Municipal de Sintra. O PDM constitui um instrumento central para o município e a presente proposta de revisão tem vindo a suscitar uma enorme

*E. Silva*  
*Vera Rocha*

participação e apresentação de dúvida por parte dos munícipes. Das questões que nos têm sido presentes, esta proposta do Plano vem alterar muitos pontos que não estão ainda compreendidos na sua magnitude pelos seus concidadãos, munícipes de Sintra. Assim, torna-se fundamental que haja uma maior e mais profunda participação e envolvimento da população de Sintra. Para o PSD de Sintra, a decisão não pode ter pressa em face das alterações que a proposta pretende introduzir. Para o PSD de Sintra, é fundamental que todos os sintrenses possam ter a possibilidade de apresentar as suas sugestões e reclamações, em sede de audiência de interessados e que sejam esclarecidos os mecanismos de que dispõem para o fazer. Ora, um período de consulta pública que decorre entre os meses de Julho e Agosto, tradicionais meses de férias, em Portugal, não será o melhor, com vista a cumprir este desiderato. O período de consulta pública decorre, precisamente, numa altura em que as pessoas estão menos disponíveis para estas importantes questões. Assim, e tendo em conta que as medidas preventivas estão em vigor até Fevereiro de 2019, o PSD de Sintra vem, por esta via, requerer a V. Ex<sup>a</sup> o alargamento do prazo de discussão pública do Plano Director Municipal do Concelho de Sintra, por mais sessenta dias, tendo em conta que a proposta apresentada para discussão pública, terminaria a 20 de Agosto e, não existindo nenhum imperativo urgente que obrigue a uma aprovação rápida, de um instrumento estruturante para o desenvolvimento do nosso Concelho. Na expectativa de acolhimento do presente requerimento, que na ausência de reuniões dos órgãos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, só poderá ser por V. Ex<sup>a</sup> decidido e ratificado na primeira reunião do órgão que se venha a realizar, o PSD de Sintra entende que o interesse público subjacente a este requerimento, justificará tal medida extraordinária. “ Este foi o documento que o PSD de Sintra enviou para o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra e obteve, como resposta, o seguinte: - um documento que me vou abster de ler pelo seu conteúdo, mas que me reservo para ler a sua conclusão, onde é dito que: “*Encarrega-me o Sr. Presidente de informar que, relativamente ao requerimento, considera não se verificarem motivos para considerar que a discussão pública não tenha sido eficaz e que o prazo estipulado tenha sido insuficiente, principalmente se considerarmos toda a abertura do processo de elaboração desde 2016. O prazo fixado, de sessenta dias e o volume significativo de reuniões e participações, sem que se tenham verificado reclamações quanto ao cumprimento do prazo estipulado para concretizar uma qualquer exposição. É entendimento, por isso, não existirem razões para o alargamento do período de discussão pública.*” Esta foi a resposta emanada da Câmara Municipal de Sintra, com a qual, obviamente, o Partido Social Democrata não concorda e, precisamente por isso e para terminar a minha exposição, mais uma vez, vos dou os parabéns pela vossa iniciativa. Muito obrigado.”-----

**Vogal Fernando Pires (CDS)** - (Cumprimentos) - “Nós, no CDS, temos por princípio dizer bem de quem trabalha. Gostamos de ver trabalhar e apoiar quem trabalha. E não vamos aqui fazer grandes declarações. Esta Assembleia foi convocada para se falar dos problemas do PDM e foi isso que fizeram, foi o que fizemos todos. Quero dizer que este grupo de pessoas de bem fez um excelente trabalho e são eles que estão à frente das alterações que poderão vir a acontecer no PDM. Isso será graças a eles. Muito obrigado.”-----



**Vogal Luís Santos (PS)** - (Cumprimentos) - " Como todos sabem o PDM deveria ter sido revisto em 2009 e, talvez por falta de coragem política do executivo da altura, não foi. Ora, o tempo vai passando, as leis vão alterando e em 2014, a Lei 31 vem pôr algumas regras que não são as melhores nem as mais favoráveis na revisão de qualquer PDM, pois são muito mais limitativas do que as de 1999. Assim, nós, bancada do PS, revemo-nos em muitos dos pontos que aqui foram apresentados e discordamos do actual PDM e que ele deverá ser revisto. Segundo o acompanhamento que temos tido e algumas questões que temos colocado a alguns técnicos, nem todas as reclamações (cerca de mil, como foi falado) vão poder ser aceites, mas serão aceites na sua grande maioria, segundo informações que tenho com base, exactamente, naquilo que foi pedido (PDM anterior, na proposta que existe em cima da mesa), pois o PDM não está fechado. Por isso, faz algum sentido as reclamações e tudo isso. Foi falado aqui no período de discussão pública ser de 20 de Junho a 20 de Agosto, é verdade, poderia ser aqui dito que foi por algum motivo, poderia alegar que foi por motivo de férias, em que as pessoas poderiam ter mais tempo, mas não se prende com nada disso. Prende-se, única e exclusivamente com a publicação no Diário da República que atrasou muito o período de discussão pública, que poderia ter sido dois ou três meses mais cedo. É bom que isso fique esclarecido. Não será possível atender a todas as reclamações, como já disse e as propostas aqui apresentadas apresentam sugestões, muito interessantes em que nos revemos e algumas, certamente, serão aceites. Assim, o PDM é limitativo. Concordamos que o seja, especialmente nas zonas rurais. As zonas urbanas não são tão pegadas à terra e aí não têm sido levantadas grandes polémicas, até porque, possivelmente, muitas pessoas gostam de ver a construção parada naquela zona. Mas o PDM não é só construção. Também tem áreas de indústria e, actualmente, a nossa indústria no Concelho de Sintra cresceu, até porque, neste momento, o Concelho de Sintra é um dos concelhos com menos desemprego no País. Começa a haver falta de mão-de-obra e empresas que não se fixam, não por falta de espaço, mas por falta de mão-de-obra. Queria também dizer à mesa que, de facto, foi uma pena não termos tido os documentos para os analisarmos com mais tempo e assim, em cima do joelho, não nos podemos pronunciar muito sobre isso. Há coisas que fogem completamente da nossa competência, em que a Assembleia de Freguesia não tem competência para intervir. Tentamos, ao máximo, corresponder às expectativas das pessoas, para ajudá-las a tentar resolver os seus problemas. Agora, quanto ao reabrir do período de discussão pública, não sei se legalmente isso será permitido e não faço a mínima ideia. Se o for, não sei o que dizer sobre isso, pois é coisa que me foge completamente. Muito mais não haverá a dizer, neste momento. De facto, poderá não ser um dos melhores PDMs. Não é. Deveria ter sido revisto em 2009 e não foi, o que é uma pena. Sei que, no próximo ano, prevê-se mais legislação relativa ao ordenamento do território que, se calhar, ainda será pior. Este PDM tinha a obrigatoriedade, com a imposição da Lei de 2014, de ser revisto até 2017, se não me engano (era de 3 anos após a publicação da legislação). Foi prorrogado. Deverá estar fechado até 13 de Junho de 2020. Portanto, já não falta muito tempo. Mas penso que ainda seja tempo suficiente para responder a algumas expectativas. Muito obrigado. "-----

**Sr. Presidente AF** - "Muito obrigado. Eu tenho a indicação de que o Sr. Presidente da Junta deseja intervir. Faça favor."-----

*Execut*  
*Vera Rocha*

**Sr. Presidente da Junta** - “Eu pertenço à Comissão de Acompanhamento do PDM e sou deputado municipal (por inerência do cargo de Presidente de Junta) e, ao longo destes últimos cinco anos, tenho manifestado, nestes fóruns (Assembleia e Comissão) aquilo que o executivo da União de Freguesias de S. João das Lampas e Terrugem tem sobre esta revisão do PDM. Nós, executivo, estamos contra a grande maioria daquilo que o PDM prevê para o nosso território. O PDM, a nível urbano, pouco ou nada altera, mas as freguesias mais afectadas por este PDM são as de Pêro Pinheiro, Almargem, Montelavar e S. João das Lampas e Terrugem. Foi isso que manifestei em várias reuniões e, pessoalmente, pedi uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, há pouco tempo, para lhe manifestar todo aquele trabalho que tenho feito nos bastidores que é reunir-me (ao contrário do que foi aqui dito) em variadíssimas reuniões com muitos técnicos e pessoas com interesses imobiliários, pessoas simples que têm alguns terrenos e, ao longo estes anos, tenho colhido a informação necessária para ponderar a minha decisão enquanto deputado municipal membro da comissão e cheguei à conclusão que este PDM não serve os interesses da Freguesia. Portanto, esta é a nossa tomada de posição. Agora, sei que o Sr. Presidente da Câmara me garantiu pessoalmente que todas as reclamações que entraram na Câmara irão ser vistas uma a uma e todas aquelas que tiverem cabimento nesta revisão, irão fazer todos os possíveis para ir ao encontro das populações, pelo menos, desta Freguesia e daquelas que são penalizadas. A Lei também é clara. Se calhar, se isto tem sido aprovado em 2009, não havia tanta penalização, e verdade. Se tem sido aprovado há um ano e meio, também não haveria tanta penalização e, o que é certo, é que, se não acabarmos com isto rapidamente, então, em 2020, é que nem sequer teremos terrenos para viver. Portanto, apelo a que as reclamações sejam atendidas. Só espero é que as pessoas tenham reclamado em devido tempo. É que vi hoje aqui pessoas a manifestarem-se, mas que, durante estes anos todos desde 2011, ninguém se interessou pelo PDM nem pelas discussões. Ninguém. Eu andei sozinho, praticamente, mas o executivo da Junta não tem competências, tal como esta Assembleia também não tem - a Lei não diz que tem de ser esta Assembleia que tem de decidir. Pode dar a sua opinião. Mas é muito vago, agora, exigir-se a esta Assembleia (e eu não tenho o direito de falar pela Assembleia, mas enquanto presidente do executivo) que, já depois de decorridos todos os prazos, venham pedir responsabilidades e dizerem que estamos de braços caídos. Não é nada disso. O trabalho está feito. As provas existem. As intervenções existem. Os pedidos existem. Por conseguinte, mais uma vez, quero manifestar que, tal e qual como está, eu como deputado municipal não aprovarei esta revisão do PDM. Muito obrigado a todos.” .....

**Sr. Presidente AF** - “Muito obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Henrique solicitou a palavra. Faça favor.” .....

**Sr. Henrique Martins** - “Obrigado, mais uma vez, Sr. Presidente. É bom ver esta sala com vontade de, todos, em conjunto, contribuímos para aquilo que pretendemos. Duas notas. Eu também, individualmente, pedi ao Sr. Presidente o prolongamento do prazo para a discussão pública. E recebi a resposta. As implicações seriam tremendas se o prazo fosse prolongado. Eu acredito que as propostas que nós temos aqui e as reclamações que foram apresentadas, se forem atendidas, contemplarão todos aqueles que, por razões várias, não fizeram

*Vera Roda*

aquilo que deviam ter feito atempadamente. É minha convicção. Eu também sei que o PSD tal como o MPT, o Bloco de Esquerda, foram partidos que tentaram que a Câmara prolongasse o prazo. Eu estive presente na reunião de 28 de Agosto e ouvi o Sr. Presidente explicar porque é que não. A Lei obriga a trinta dias. Foram sessenta, o dobro. E não ouvi nenhum dos membros da vereação (do executivo ou da oposição) a contrariar. Essas intervenções foram todas positivas. Ou seja, eles estão conscientes que, para o nosso Concelho, prolongar o prazo, depois de terminar o período das medidas preventivas, que é 19 de Fevereiro, teria implicações muito graves. Ou ficava tudo como está e, se calhar, era isso que alguns pretendiam e eu não vejo ninguém a defender isso. Outra situação, e agradeço ao Sr. Presidente estar do nosso lado e continuar a fazer os possíveis, quando intervém com o Sr. Presidente da Câmara e com os técnicos a nosso favor. Mas eu lembro-me que as leis devem ser aplicadas e a Lei que nós temos a que nós temos feito referência diz, no artigo 16º, -Competências Materiais - compete à Junta de Freguesia participar nos termos acordados com a Câmara Municipal, no processo de elaboração dos planos municipais de ordenamento de território. Portanto, a Junta tinha obrigação de ter participado no processo. Já que o Sr. Presidente é deputado municipal, por inerência, representa um grupo político e assim fez o seu trabalho. A Junta também colaborou, nos termos acordados com a Câmara Municipal, na discussão pública dos planos municipais de ordenamento do território. Em 2016, organizou aqui uma sessão pública; em 2018, uma outra sessão pública. Como referi há bocado, se calhar, essas duas foram pouco. Podiam ter sido mais. De qualquer forma, é bom sentirmos que todos nós estamos aqui para que a Câmara, os técnicos, os intervenientes neste processo final tenham consciência que estamos todos a defender o nosso território. Muito obrigado. "-----"

**Sr. Presidente AF** - "Muito obrigado. Creio que não há mais pedidos de intervenção e voltamos ao início desta nossa reunião e ao ponto único da nossa ordem de trabalhos: "Análise e tomada de posição sobre a revisão do PDM de Sintra". O que nos trouxe aqui, foi um conjunto de documentos elaborados e apresentados - e muito bem - pelos quatro subscritores que fizeram o favor de, com os seus conhecimentos, nos transmitirem algo mais que eu creio - e falo por mim - que não tinha conhecimento de algumas situações que aqui foram comunicadas, por isso vos agradeço em meu nome pessoal e remeto, agora, para a Assembleia o pedido de parecer relativamente aos pontos que aqui foram apresentados. No início falámos sobre a possibilidade de analisarmos individualmente ou colectivamente, no final desta reunião, e é isso que eu estou a cumprir neste momento. Pergunto à Assembleia se pretende emitir um parecer sobre os oito pontos que aqui foram apresentados. "-----"

**Vogal Ana Carioca** - (Cumprimentos) - (não audível, mas registado manualmente) disse que esta Assembleia não possui competência para emitir pareceres, pois não está tecnicamente habilitada.-----

**Sr. Presidente AF** - "Depreendo das suas palavras - e não sei qual é a opinião das outras bancadas - que estivemos presentes para ouvir, basicamente as explicações que seriam importantes por parte dos quatro elementos, mas não mais do que isso. Posso, no entanto, adiantar que ... -----"

*Eccyff*  
*Vera Rocha*

**Vogal Ana Carioca - (inaudível)** .....

**Sr. Presidente AF** - “Muito bem, sei que não ficou gravado mas todos ouvimos. Gostaria agora de ouvir a opinião das outras forças políticas.” .....

**Vogal Humberto Duarte** - “Boa noite a todos, também não tendo conhecimento técnico, mas ouvindo as explicações dadas pelos quatro intervenientes, eu manifesto o meu parecer favorável àquilo que foi exposto e, se necessário, poderemos constituir uma comissão ou algo do género, para analisar estas propostas e remetê-las à Câmara.” .....

**Sr. Presidente AF** - “Muito obrigado. Eu, provavelmente, ter-me-ei explicado mal. Aquilo que está em causa e que nos trouxe a esta reunião, foi analisar um conjunto de pontos que nos foram apresentados e sobre os quais, nos era pedido que emitíssemos uma opinião. Foi só isto, seguramente, e com base nestes pontos que foram apresentados, que cada um de nós, forças políticas, teve o seu espaço de intervenção. Obviamente que, se a Assembleia entender não emitir qualquer tipo de parecer, será isso que iremos fazer. Gostaria, no entanto, de deixar muito clara aqui, a posição do Partido Social Democrata. O Partido Social Democrata entende que as propostas que aqui foram apresentadas pelos quatro subscritores são merecedoras da nossa certeza de que as mesmas irão contribuir para uma maior clarificação, um entendimento, como foi dito por um membro do Partido Socialista, este PDM não está fechado; todas as propostas são válidas; nós continuamos na linha que mantivemos quando solicitámos a prorrogação do prazo ao Sr. Presidente da Câmara e, portanto, faz, para nós todo o sentido que estas propostas apresentadas pelos quatro subscritores possam chegar aos órgãos competentes para que, de alguma forma, sirvam de contributo para análise e discussão. Esta é a opinião do Partido Social Democrata, sendo que não é a opinião vinculativa desta Assembleia. Requereu a palavra o Vogal Fernando Pires, faça favor.” .....

**Vogal Fernando Pires (CDS)** - “Seja um parecer, seja uma opinião, seja aquilo que for, as propostas apresentadas por estes senhores têm a aprovação do CDS-PP.” (Aplausos) .....

**Vogal Diogo Costa (CDU)** - “Por parte da CDU, também tem a aprovação, pese embora, os documentos nos tenham chegado à mão à última da hora, com muita pena minha, mas dá para ver, tendo em conta as explicações dadas, que são propostas mais do que válidas, pelo que a CDU acompanha a vossa posição e estará sempre aqui para defender o interesse da população. Nesse sentido acompanhamos a posição do CDS e do PSD, para o efeito.” (Aplausos) .....

**Vogal Ana Carioca (PS)** - (Cumprimentos) - “em especial ao público que tem estado aqui a ouvir-nos há mais de duas horas e, obviamente, aos elementos subscritores do documento que nos trouxe aqui. Ora bem, o que há pouco estava a tentar explicar, o que nós consideramos é que já foi referenciado há pouco pelo Luís, na sua intervenção, é que nós não temos conhecimentos técnicos para nos pronunciarmos sobre a possibilidade de todas estas propostas serem aceites. Não quero dizer que, à partida, discordemos delas. Não é isso que nós dizemos. Nós concordamos que a proposta do PDM tal qual foi apresentada à discussão pública, é muito limitativa para a nossa Freguesia. Mas outra coisa é podermos

*Handwritten signature*  
*Handwritten signature*  
*Vora Rocha*

dizer que as propostas formuladas podem ter acolhimento técnico. Não sabemos se isso é possível e, portanto, é nesse senti que nós dizemos que não temos competência técnica para emitir um parecer. No entanto, obviamente que nós não estivemos aqui todos esta noite só para ouvir conversar. Nós estivemos todos a debater, vocês (os subscritores) fizeram um trabalho extraordinário, é um facto, mas, lá está, fizeram um trabalho extraordinário que nós não tivemos tempo para analisar. Vocês tiveram horas de estudo na apresentação que fizeram. Nós recebemos o resumo das vossas horas de estudo. E é nessa medida, volto a dizer, que não temos conhecimento nem capacidade técnica, para dizermos se estas propostas são ou não viáveis. Acreditamos que sim, mas não podemos dizer isto. Posto isto, o que é nosso entendimento - e é isso que propomos se a mesa assim o acolher - que o requerimento, tal como foi apresentado pelos membros subscritores da Assembleia, seja enviado às entidades que aqui vêm referenciadas, no sentido que estas propostas possam ser analisadas e, se tiverem acolhimento técnico e legal, possam ser acolhidas no PDM. No fundo, é esta a nossa posição. Obrigada." (Aplausos) -----

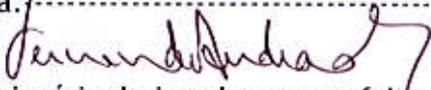
**Sr. Presidente AF** - "Muito obrigado. Dito de outra maneira, estamos a falar do mesmo, mas compreendo essa versão. Creio que estamos todos de acordo que, efectivamente, são propostas que, não sendo, eventualmente, propostas estanques, servirão, seguramente de contributo para que a Câmara Municipal de Sintra e os órgãos competentes e o gabinete do PDM possa olhar para elas como propostas construtivas e como propostas que, seguramente, merecerão, pelo menos, uma leitura e uma análise cuidada e, seguramente, uma reflexão sobre aquilo que conhecemos, dos membros que integram o gabinete, para tentarmos conseguir para Sintra, um melhor PDM. E, portanto, vamos, acolher o vosso pedido, no sentido de enviarmos para os órgãos competentes, este trabalho - e não podemos fazer mais do que isto como compreendem - tudo está gravado e registado e, portanto, os nossos pareceres são, obviamente vinculativos no que a isso diz respeito, mas esperamos que por parte dos órgãos competentes, eles tenham a atenção que nós aqui tivemos para ouvir e agradecer a vossa exposição." -----

**Vogal José Patrão Santos** - "Sr. Presidente, já tinha manifestado que concordava e me revia em todos os pontos que esta comissão fez o favor de apresentar e volto a agradecer o seu empenho, o seu trabalho e o tempo gasto. Ainda ontem no Conselho Estratégico, o Sr. Presidente da Câmara, que nos vai transmitindo sempre a evolução de como vai o nosso Concelho, e, na verdade, também transmitiu que, felizmente, o desemprego está a decrescer, que cada vez produzimos mais e há mais necessidade de quem trabalhe, falou nos imigrantes e na forma de os acolher, e, portanto, vê-se que está a trabalhar e preocupado com diversos assuntos. E este PDM, que afecta as freguesias rurais, se ele notar que há falta de habitação e se está a produzir mais, creio que terá em conta esta realidade e acolherá estas propostas." -----

**Sr. Presidente AF** - "Não existindo mais intervenções, antes de terminar esta assembleia, gostaria de agradecer à direcção desta casa a possibilidade de nos ter facultado a mesma, para que maior número de munícipes pudessem partilhar esta nossa Assembleia. Os meus agradecimentos, mais uma vez, aos subscritores

pela qualidade do trabalho, pela dedicação que nele colocaram. Um agradecimento aos membros da Assembleia, pelo facto de contribuírem, mesmo não sendo técnicos, com as suas intervenções. Um agradecimento muito especial aos serviços administrativos de apoio, quer da Junta quer da Assembleia, que mais uma vez nos proporcionaram a possibilidade de eu me socorrer à última da hora. E por último, um agradecimento para todos os que estão aqui presentes nesta sala. Esta reunião é uma reunião que eu considero inédita. Era bom que tivéssemos sempre as reuniões da Assembleia com esta moldura humana - e, infelizmente não temos - mas tratou-se de uma reunião que fugiu um bocadinho ao modelo que o Regimento impunha e não podia deixar de agradecer aos membros da Assembleia o facto de terem permitido que isso acontecesse. E finalmente, mesmo para terminar, solicita-se o Sr. Presidente da Junta, relativamente à questão que falámos há pouco, da reunião extraordinária, vão ser distribuídos os contratos que irão ser analisados nessa reunião, dando-vos a possibilidade de lerem os documentos com mais tempo. Por último, submeto à Assembleia a possibilidade de aprovar a acta desta reunião em minuta que, não havendo votos contra nem abstenções, é aprovado por unanimidade. A todos muito boa noite e muito obrigado.".....

**ENCERRAMENTO** - Quando eram vinte e três horas e quarenta e sete minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, no final da qual e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa. ....

E eu, , na qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo. ....